

Notícias

Esta seção destina-se a divulgar as teses e as dissertações dos alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, assim como as teses dos professores do departamento.

Encontros em defesa da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966-1976)

Autora: Vanessa Carneiro da Paz

Orientadora: Denise Rollemberg Cruz

Data da defesa: 15.12.2011 – Mestrado

Banca: Alessandra Carvalho – UFRJ (Arguidora), Tatyana de Amaral Maia – UERJ (Arguidora), Denise Rollemberg Cruz (Orientadora)

São objetivos centrais deste trabalho estudar a ação federal no campo da cultura durante os governos militares, mais especificamente o caso do Conselho Federal de Cultura (CFC) entre os anos 1966 e 1974, realizar a recuperação da história desse órgão, que tinha como uma de suas compe-

tências a formulação da política cultural do País, e ainda compreender as formas de desenvolvimento das políticas públicas de cultura desenvolvida pela ditadura civil-militar.

República sim, escravidão não: o republicanismo de José do Patrocínio e sua vivência na República (1888-1905)

Autora: Rita de Cássia Azevedo Ferreira de Vasconcelos

Orientador: Humberto Fernandes Machado

Data da defesa: 12.12.2011 – Mestrado

Banca: Carlos Gabriel Guimarães – UFF (Arguidor), Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira – UERJ (Arguidora), Humberto Fernandes Machado (Orientador)

José do Patrocínio trabalhou ao longo de sua vida como jornalista, chegou a ser proprietário do *Gazeta da Tarde* e do *Cidade do Rio*. Sua grande causa foi a libertação dos escravos, e a ela dedicou muitos artigos e discursos

para convencer a sociedade da necessidade moral, política e econômica da abolição. Trabalhou também pela instauração de uma República democrática e constitucional. Por suas convicções políticas, angariou inimizades com os próprios republicanos, como Quintino Bocaiúva e Silva Jardim, ao discordarem da prioridade de mudança necessária do País, ou seja, para Patrocínio, a ordem era abolição e República, enquanto, para aqueles republicanos, República e abolição, caso a Monarquia deixasse o problema para eles. Por conta desse conflito é comum encontrarmos a afirmação de declínio e ostracismo de José do Patrocínio com a instituição do regime republicano. Após a abolição, momento auge de prestígio, teria vindo o esquecimento. É claro que nas comemorações da abolição do trabalho escravo Patrocínio foi muito homenageado, chamado até de redentor dos escravos, em consequência dos anos dedicados e da forma como se empenhou. No entanto, sua vida e carreira não cessaram com o 13 de Maio; pelo contrário, foi esse evento, que lhe projetou nacional e internacionalmente, deu-lhe autoridade como jornalista e orador. Com isso, ele se impôs em outras questões políticas durante o governo de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

A dimensão sociopolítica do território para os terena: as aldeias nos séculos XX e XXI

Autora: Vera Lúcia Ferreira Vargas

Orientadora: Maria Regina Celestino de Almeida

Data da defesa: 9.12.2011 – Doutorado

Banca: Elisa Frühauf Garcia – UFF (Arguidora), João Pacheco de Oliveira Filho – UFRJ (Arguidor), John Manuel Monteiro – Unicamp (Arguidor), Noêmia dos Santos Pereira Moura – UFGD (Arguidora), Maria Regina Celestino de Almeida (Orientadora)

Essa tese tem por objetivo compreender as táticas desenvolvidas pelos terenas que habitam a região do atual estado do Mato Grosso do Sul, principalmente os que vivem nas aldeias Bananal, Colônia Nova e Ipegue, na Terra Indígena de Taunay/Ipegue, e na aldeia Buriti, na Terra Indígena Buriti, para a conquista e a garantia de seus direitos territoriais, com o fortalecimento de suas relações com a aldeia e desta com o entorno, entre o final do século XX e o início do século XXI. As ações reivindicatórias dos terenas pela posse do território, que eles denominam atualmente “retomada”, não é recente, ocorre desde o século XIX, principalmente após os conflitos da Guerra do Paraguai (1864-1870),

pois é intensificado o povoamento da região. Desde então, índios e não índios disputam os territórios e, desse modo, os conflitos entre eles também se intensificaram e se estenderam para o século XX. É então que ocorre a demarcação das reservas indígenas, ou seja, das terras onde os índios deveriam permanecer sob a proteção do Estado brasileiro, embora não tenha sido respeitada sua lógica sobre o território. Os terenas voltaram a se reorganizar dentro das reservas, em seus núcleos populacionais, vinculados pela relação de parentesco e pelos interesses comuns; esses núcleos foram chamados de aldeias. Nesse sentido, pretende-se mostrar as táticas que esses índios desenvolveram e desenvolvem para nelas permanecer, fortalecendo suas relações políticas e identitárias por meio da consciência histórica, elegendo o que é significativo para o grupo, a partir da aldeia, lugar que legitima ações e reconhece liderança, e da escola, por meio das ações dos professores terenas, na busca da legitimação dos direitos indígenas. Essa pesquisa foi desenvolvida usando fontes escritas e orais, por meio dos depoimentos dos terenas nas aldeias mencionadas anteriormente, entre o período de 2007 a 2010. Contudo, outros depoimentos realizados antes do desenvolvimento

da tese também foram citados por serem relevantes para esse estudo. As informações obtidas indicam que a aldeia é o principal núcleo dos terenas, e é por meio dela que se organizam e reorganizam, buscando soluções para seus problemas e necessidades, entre os quais se destacam a ampliação e a demarcação do território. Entre as táticas estabelecidas para suas reivindicações junto ao Estado brasileiro, constam as atividades desenvolvidas pelos professores indígenas, apropriando-se do conhecimento acadêmico que foi produzido sobre eles, bem como produzindo seu próprio, como pesquisadores de seu povo, ampliando, assim, o diálogo com a sociedade por meio das universidades e das escolas nas aldeias, provocando discussões em torno dos direitos indígenas.

Abolição e catolicismo: a participação da Igreja Católica na extinção da escravidão no Brasil

Autora: Camila Mendonça Pereira
 Orientadora: Martha Campos Abreu
 Data da defesa: 1.12.2011 – Mestrado
 Banca: Cláudia Regina Andrade dos Santos – Unirio (Arguidora), Andréa Santos da Silva Pessanha – Uniabeu (Arguidora), Martha Campos Abreu (Orientadora)

O presente trabalho investiga a participação do clero brasileiro no processo abolicionista. A historiografia indicou uma ausência dos membros da alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil na questão escravista, mesmo durante o período em que o movimento abolicionista ganhou força entre diversos grupos da sociedade. As informações que foram difundidas pelos jornais da época e alguns escritos dos próprios membros do clero não condizem com essa acusação. O que pude averiguar foi uma efetiva campanha pelo fim do cativeiro realizada pelos prelados brasileiros. Essa campanha emancipacionista, porém, possuía seus próprios elementos ligados ao interesse desse grupo social específico.

À margem da economia: cachaça e protocampesinato negro no litoral sul fluminense (1800-1888)

Autora: Camila Moraes Marques

Orientadora: Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro

Data da defesa: 16.11.2011 – Mestrado

Banca: Maria Verônica Secreto Ferreras – UFF (Arguidora), Elione Silva Guimarães – AHJF (Arguidora), Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro (Orientadora)

No Brasil imperial, a província do Rio de Janeiro dividia-se em áreas econômicas específicas e interligadas que geralmente não se enquadravam ao modelo de plantação existente no Vale do Paraíba. O litoral sul fluminense especializou-se, durante a segunda metade do século XVIII, na fabricação da cachaça, que, aos poucos, conquistava os mercados africanos fornecedores de escravos. A expansão do tráfico conduzida pelos negociantes cariocas esteve diretamente relacionada com o fortalecimento da produção da bebida em Angra dos Reis e Parati, até meados do Oitocentos. Nesse momento, a abolição das importações de africanos inaugurava um novo contexto socioeconômico no litoral sul: a diminuição do comércio da cachaça ampliava a agricultura de abastecimento, e, ao mesmo tempo, a venda de cativos para as áreas cafeeiras deslegitimava o escravismo, forçando o estabelecimento de novas relações de trabalho. As comunidades escravas cristalizaram-se e buscaram ampliar os espaços de autonomia dentro das grandes unidades rurais, formando o que chamamos de protocampesinato negro na segunda metade do século XIX.

Enquadramento da pobreza em Portugal do baixo medievo: assistencialismo e repressão estatal (séculos XIV/XV)

Autor: Daniel Tomazine Teixeira

Orientador: Mário Jorge da Motta Bastos

Data da defesa: 24.10.2011 – Mestrado

Banca: Vânia Leite Fróes – UFF (Arguidora), Carolina Coelho Fortes – UGF (Arguidora), Mário Jorge da Motta Bastos (Orientador)

Esse projeto de pesquisa propõe-se o estudo do enquadramento da pobreza pelo Estado em fins da Idade Média portuguesa, processo que tem por marca essencial a convergência de dois níveis básicos de intervenção social: aos pobres legitimados em sua existência e meio de vida dedica o Estado seu assistencialismo, cuja contraface consistiu, contudo, na definição, perseguição e repressão crescente à vadiagem em um contexto tradicionalmente caracterizado como de crise geral do feudalismo. Valemo-nos de um *corpus* documental constituído, basicamente, por *Livro das leis e posturas*, *Ordenações del-rei Dom Duarte*, *Ordenações afonsinas*, *Ordenações manuelinas* e *Ordenações filipinas*, bem como por cartas, testamentos e doações para as misericórdias e para o “amparo dos pobres”, disponíveis no acervo do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro.

A migração das imagens: o uso de imagens de arquivo no cinema documentário brasileiro (1961-1984)

Autor: Gabriel Filgueira Marinho

Orientadora: Ana Maria Mauad de Sousa Andrade

Data da defesa: 7.10.2011 – Mestrado

Banca: Paulo Knauss de Mendonça – UFF (Arguidor), Tania Siqueira Montoro – UnB (Arguidora), Ana Maria Mauad de Sousa Andrade (Orientadora)

Essa dissertação consiste em uma pesquisa dos processos de utilização e ressignificação que suportes visuais, conhecidos como imagens de arquivo, receberam em filmes documentários distribuídos na primeira metade da década de 1980. Acreditando que a narrativa cinematográfica, em especial a documentária, gera discursos historiográficos bem particulares, e que o recorte cronológico escolhido tem temporalidade própria, o trabalho busca perceber como a memória de diferentes períodos, expressa por meio de filmes, vídeos, fotografias e de outros recursos visuais, foi capaz de compor um discurso historiográfico tão particular. Como questões tão próprias de um período foram tratadas a partir de fragmentos visuais de outras temporalidades? Fragmentos que foram produzidos em outra tem-

poralidade, tendo um discurso inicial diferente daquele cujos realizadores cinematográficos acabaram construindo ao deslocarem esses fragmentos de seus espaços e tempos originais. Como objetos da pesquisa, foram selecionados quatro filmes documentários: *Jango* (Silvio Tendler, 1984), *Linha de montagem* (Renato Tapajós, 1983), *Cabra marcado para morrer* (Eduardo Coutinho, 1984) e *O evangelho segundo Teotônio* (Vladimir Carvalho, 1984).

Uma família em dois momentos: os Röhe e as transformações econômicas no Rio de Janeiro (1831-c. 1885)

Autor: Marcus Vinicius Kelli

Orientador: Luiz Carlos Soares

Data da defesa: 6.10.2011 – Mestrado

Banca: Carlos Gabriel Guimarães – UFF (Arguidor), Rômulo Garcia de Andrade – UFRRJ (Arguidor), Luiz Carlos Soares (Orientador)

O presente trabalho tem por objetivo analisar as transformações econômicas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1830 e 1880. Com a chegada de uma família de imigrantes oriundos de Altona, distrito de Hamburgo, atual Alemanha, os Röhes, especialistas na confecção de veículos de passageiros, e de seu desdobramento, da união de seus descendentes, luteranos, com a família

Macedo, de origem católica, em plena década de 1870, auge do conflito entre a Igreja e o Império, a segunda geração dessa família ampliou seus negócios mediante a incorporação de um agente econômico externo, o Banco Industrial e Mercantil do Rio de Janeiro. O sucesso obtido na Exposição da Indústria Nacional, em 1881, e o término de suas atividades, em 1883, permitem, por seu turno, reconstituir, com base em uma perspectiva, as transformações estruturais vivenciadas pela sociedade imperial.

Trabalho integrado e reprodução ampliada do capital: um estudo de caso no sudoeste do Paraná

Autora: Roselaine Navarro Barrinha da Silva

Orientadora: Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

Data da defesa: 30.9.2011 – Doutorado

Banca: Marcelo Dias Carcanholo – UFF (Arguidor), Ana Maria Motta Ribeiro – UFF (Arguidora), João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Arguidor), Paulo Roberto Raposo Alentejano – UERJ (Arguidor), Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes (Orientadora)

A discussão do processo de valorização do capital tem concentrado os esforços de inúmeros pesquisadores ao longo do século XX. Diversas são

as temáticas relacionadas com tal discussão, dentre as quais as relações de trabalho vigentes na contemporaneidade. Marx evidenciou, em *O capital*, as categorias que devem necessariamente estar presentes em uma relação de produção especificamente capitalista. De um lado, a força de trabalho deve estar “livre”, desprovida das condições de produção; de outro, as condições de produção devem estar concentradas nas mãos do capitalista. É da combinação dessas duas categorias, que essencialmente envolvem a compra da força de trabalho pelo capitalista e sua conjugação com as condições de produção, que resultará a mais-valia, categoria que representa o excedente econômico sob o capitalismo. O caso específico da avicultura, mais especificamente, do pequeno produtor do sudoeste do Paraná integrado à Sadia, é um exemplo típico desse “desajuste”. Nesse sentido, nossa preocupação nesse trabalho foi entender essa aparente contradição. Qual a importância desse “pequeno produtor” integrado para o capital? Qual o espaço que ele ocupa na sociedade capitalista, se ele não pode ser considerado como um trabalhador “produtivo”, do ponto de vista do capital – haja vista não ser um trabalhador livre? A resposta a esses questionamentos exige que resgatemos

e participemos do debate sobre a existência/permanência do campesinato sob a contemporaneidade. Para resolver a problemática proposta, dividimos o trabalho em sete capítulos. Em resumo, apreender a razão de ser do camponês e de seu trabalho “improdutivo” do ponto de vista do capitalismo, para o capital.

Sob o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia

Autor: Francivaldo Alves Nunes

Orientadora: Marcia Maria Menendes Motta

Data da defesa: 27.9.2011 – Doutorado
 Banca: José Maia Bezerra Neto – UFPA (Arguidor), Cláudia Regina Andrade dos Santos – Unirio (Arguidora), Elione Silva Guimarães – AHJF (Arguidora), Théo Lobarinhas Piñeiro – UFF (Arguidor), Marcia Maria Menendes Motta (Orientadora)

As dimensões tomadas pela agricultura na Amazônia brasileira durante o Império, a partir do final da década de 1830, são o objeto central de análise dessa tese. Buscamos, no entanto, o entendimento da questão na heterogeneidade das interpretações, o que nos permitiu compreender que a atividade agrícola extrapolava os limites de uma prática econômica. Diante de uma discussão observada na imprensa e em

documentos e pronunciamentos oficiais, e que suscitou diversas e diferentes interpretações, construímos uma proposição de análise que observava a agricultura para além de fenômenos relativos a produção, distribuição e consumo, ou ainda das rendas que poderiam gerar com a comercialização de seus produtos. Para a Amazônia, e isso toma uma dimensão maior do que para outras regiões do País, a agricultura se constituiu, nessas interpretações, em atividade moralizadora, disciplinadora, capaz de assegurar a constituição de propriedades e povoamento regular, além do que possibilitaria a implantação de um modo de vida interpretado como civilizado e moderno. O caminho percorrido para esse entendimento passou, necessariamente, pela compreensão de que os discursos construídos em torno da agricultura estavam associados às políticas de atuação do governo imperial, às contraposições entre as práticas de cultivo, as ações de auxílio e o melhoramento agrícola, às políticas de colonização voltadas para o imigrante estrangeiro e os indígenas e às práticas de aproveitamento do colono nacional e que tinham no Estado brasileiro, a partir da articulação com as forças políticas da região amazônica, seu executor.

As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT

Autora: Kênia Aparecida Miranda

Orientador: Marcelo Badaró Mattos

Data da defesa: 2.9.2011 – Doutorado

Banca: Sonia Maria Rummert – UFF (Arguidora), Eurelino Teixeira Coelho Neto – UEFS (Arguidor), Roberto Leher – UFRJ (Arguidor), Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes – UFF (Arguidora), Marcelo Badaró Mattos (Orientador)

Esse trabalho tem como objeto as lutas dos trabalhadores da educação, organizados no Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe-RJ) e no Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN), no período compreendido entre a eclosão do novo sindicalismo e meados da década de 2000, quando ocorreu a desfiliação dessas entidades da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O processo histórico de constituição dos trabalhadores da educação como uma nova força política é analisado com base nos embates travados entre esses atores sociais e o Estado nos momentos de radicalização da luta de classes: as greves. Também são abordadas as transformações no processo de trabalho docente durante o mesmo período.

As assembleias de poder popular em Cuba: uma história de luta democrática e de participação popular

Autora: Emilly Couto Feitosa

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

Data da defesa: 31.8.2011 – Mestrado

Banca: Norberto Osvaldo Ferreras – UFF (Arguidor), Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto – UFRJ (Arguidora), Daniel Aarão Reis Filho (Orientador)

A presente pesquisa tem por objetivo resgatar as tradições de luta democrática e de participação popular em Cuba desde as lutas de independência travadas contra a Espanha, em fins do século XIX, até meados dos anos 1990, quando o país enfrentou uma das mais graves crises desde a vitória da revolução: o Período Especial em Tempos de Paz. Com o resgate dessas tradições, procuro analisar as bases nas quais foi criado o sistema de poder popular cubano e o quanto esse sistema foi sendo aperfeiçoado de acordo com o contexto histórico vivido e com as novas demandas surgidas na sociedade. Nesse sentido, destaco como um contexto fundamental de redefinição dos rumos do processo revolucionário cubano, sobretudo com relação à questão do poder popular, a crise dos anos 1990 e as reformas que se seguiram a

ela. Essa redefinição se concretizou em um amplo conjunto de reformas econômicas e políticas. As reformas econômicas foram caracterizadas pela introdução de elementos de uma economia de mercado no país, como, por exemplo, a abolição do monopólio do Estado sobre o comércio exterior e a permissão da participação de capitais estrangeiros na economia. Já a reforma política foi caracterizada, sobretudo, por uma ressignificação do papel do Estado e das formas de participação e representação, com a modificação da Constituição em 1992 e as importantes alterações que gerou no sistema eleitoral cubano. O novo sistema político aprovado em 1992 e as novas atribuições das assembleias de poder popular significaram uma descentralização administrativa das funções estatais e, assim, também uma maior participação da população na vida política do país. No entanto, o funcionamento desse sistema, o processo eleitoral e suas especificidades e, principalmente, os mecanismos de representação ainda não são conhecidos no Brasil, mesmo no campo das esquerdas. As assembleias do poder popular são, nesse sentido, o foco da presente pesquisa.

A “democracia participativa y protagónica”, o povo e o líder: a experiência dos consejos comunales na Parroquia 23 de enero (Caracas/Venezuela)

Autora: Mariana Bruce Ganem Baptista

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho

Data da defesa: 31.8.2011 – Mestrado

Banca: Norberto Osvaldo Ferreras – UFF (Arguidor), Francisco Carlos Teixeira da Silva – UFRJ (Arguidor), Daniel Aarão Reis Filho (Orientador)

Em 1998, com a eleição de Hugo Chávez Frias na Venezuela, teve início a chamada Revolução Bolivariana. O presente projeto visa a fazer uma abordagem do processo a partir de uma perspectiva “*desde abajo*”, para usarmos os termos de Steve Ellner. Ou seja, analisar-se-á a experiência do Barrio 23 de Enero, comunidade localizada em Caracas, com longa tradição militante e de organização de poder popular. De 2002 a 2004, a revista *Sucre* esteve em circulação. A partir desta, acreditamos ser possível analisar as ideias políticas que perpassam as organizações presentes no Barrio e de que forma pressionam e se apropriam do discurso e das iniciativas estatais. Com isso, almeja-se compreender a inserção desses grupos na sociedade por meio de uma cultura política específica, resgatando seus valores, crenças e representações.

Modelando a cavalaria: uma análise da Demanda do Santo Graal (século XIII)

Autora: Neila Matias de Souza

Orientador: Mário Jorge da Motta Bastos

Data da defesa: 29.8.2011 – Mestrado

Banca: Vânia Leite Fróes – UFF (Arguidora), Adriana Maria de Souza Zierer – Uema (Arguidora), Mário Jorge da Motta Bastos (Orientador)

O objetivo central de nosso estudo é compreender a relação entre cavalaria e religiosidade na *Demanda do Santo Graal*, percebendo a vinculação entre o eremita, o cavaleiro e a salvação, não só nessa novela de cavalaria, como também no *Livro da ordem de cavalaria*. Nosso trabalho intenta, ainda, estabelecer as diferenças entre o cavaleiro cristão e o cavaleiro pagão na *Demanda*, além de identificar a construção da imagem de um herói cristão, representado pelo cavaleiro Galaaz. O recorte cronológico da pesquisa é o século XIII no espaço da Península Ibérica, e as fontes principais são *Livro da ordem de cavalaria* e *Demanda do Santo Graal*. A pesquisa a ser realizada centra-se no estudo da relação entre cavalaria, eremitismo e salvação, tema que ainda necessita de maior aprofundamento na historiografia.

Nobres poderes: a atuação do Senado da Câmara fluminense na economia e os privilégios e deveres dos Homens Bons (1790-1807)

Autora: Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

Orientadora: Maria Fernanda Baptista Bicalho

Data da defesa: 29.8.2011 – Mestrado

Banca: Antônio Carlos Jucá de Sampaio – UFRJ (Arguidor), Carlos Gabriel Guimarães – UFF (Arguidor), Maria Fernanda Baptista Bicalho (Orientadora)

A presente dissertação tem sua análise centrada no Senado da Câmara do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1807, abordando quais eram seus deveres e privilégios administrativos e sua atuação na economia fluminense. Além disso, traçamos um perfil de quem eram os homens bons dessa instituição, destacando duas importantes famílias da elite mercantil fluminense e oficiais camarários: os Carneiros Leão e os Velhos da Silva. O pano de fundo de nosso trabalho é a virada do século XVIII para o XIX, pensando quais eram as diretrizes políticas, econômicas e institucionais na relação da América Portuguesa no reinado de D. Maria I, na regência de D. João VI e na herança administrativa do secretário de D. José I, o marquês de Pombal. Também é fundamental entendermos a capitania

do Rio de Janeiro, que, durante o século XVIII, passa a ser o principal eixo e capital do vice-reinado, com sua economia e política e, conseqüentemente, seus órgãos político-administrativos fortalecidos. Estudos apontam que o Senado da Câmara fluminense perde sua importância em relação ao Império português quando muitos de seus contratos passam a ser administrados por outras instituições. Objetiva-se pensar se houve de fato uma queda em seu prestígio ao final do século XVIII, questionando-se se, a partir do novo funcionamento da Câmara, houve uma reformulação da economia do bem comum, postulado por João Frago para o Seiscentos. A presente dissertação tenta entender como funcionava a administração dos rendimentos e contratos fluminenses, ou seja, a economia colonial, por meio da perspectiva do Senado da Câmara, mas também a participação da elite mercantil na política fluminense, especialmente após conflitos no interior do Senado em meados do Setecentos, entre a elite agrária e a elite mercantil.

A Jovem Guarda e a indústria cultural: análise da relação entre o movimento Jovem Guarda, a indústria cultural e a recepção de seu público

Autora: Adriana Mattos de Oliveira

Orientadora: Adriana Facina Gurgel do Amaral

Data da defesa: 26.8.2011 – Mestrado
Banca: Samuel Mello Araujo Junior – UFRJ (Arguidor), Ana Lucia Silva Enne – UFF (Arguidora), Adriana Facina Gurgel do Amaral (Orientadora)

Esse trabalho tem por objeto de estudo o Programa Jovem Guarda, que foi exibido pela Rede Record de 1965 a 1968 e teve como apresentadores Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, bem como o movimento que é anterior ao próprio programa e que foi por ele denominado. Nosso objetivo geral consiste em, com base na análise de alguns pontos referentes ao Movimento Jovem Guarda, buscar o entendimento das estratégias utilizadas pela indústria cultural na criação de seus produtos, bem como as diferentes recepções efetuadas por seu público consumidor. Para isso, recorreremos ao conceito de indústria cultural, cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer em 1947, bem como às formulações de Raymond Williams sobre o materialismo cultural e de Jesús Martín-Barbero sobre as mediações existentes entre a produção da indústria cultural e sua recepção. Para isso, analisamos a música não como obra de gênios criadores, mas como um produto inserido na cadeia produtiva do sistema capitalista de produção, colocando em foco, também,

a chegada do *rock and roll* ao Brasil e sua apropriação local, em direção a um de seus desdobramentos: o movimento Jovem Guarda. Tendo como ponto de partida esse movimento, analisamos alguns “produtos” a ele associados – o programa *Jovem Guarda*, o LP e o filme *Roberto Carlos em ritmo de aventura* –, até chegarmos a seu público e à análise das relações entre a indústria cultural e a recepção que o público realiza de seus produtos.

Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a Contag (1964-1985)

Autora: Carolina Torres Alves de Almeida Ramos

Orientadora: Sonia Regina de Mendonça

Data da defesa: 25.8.2011 – Doutorado
Banca: Regina Angela Landim Bruno – UFRRJ (Arguidora), Maria Letícia Corrêa – UERJ (Arguidora), Marcelo Badaró Mattos – UFF (Arguidor), Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes – UFF (Arguidora), Sonia Regina de Mendonça (Orientadora)

A tese pretende analisar a atuação, entre os anos 1964 e 1985, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), sindicatos oficiais e de âmbito nacional

dos, respectivamente, trabalhadores e proprietários rurais. Essas agremiações são regidas pela legislação sindical corporativista e estão subordinadas ao Ministério do Trabalho. Intenta-se averiguar a articulação das confederações com setores da sociedade civil e da sociedade política, apontando para suas formas específicas de representação. Serão estudadas suas principais campanhas, a base econômica e a trajetória política e profissional de seus dirigentes, bem como as similitudes e os embates observados entre ambas. O posicionamento da Contag e da CNA diante das políticas públicas voltadas para a reforma agrária no período abarcado pela pesquisa consiste em um dos principais objetos de investigação da tese. Por fim, pretende-se analisar a crise de representação das confederações no contexto da “abertura política”, identificando a redefinição de suas estratégias de atuação.

Teatro amador: a cena carioca muito além dos arrabaldes

Autora: Luciana Penna Franca

Orientadora: Laura Antunes Maciel

Data da defesa: 17.8.2011 – Mestrado

Banca: Leonardo Affonso de Miranda Pereira – PUC-RJ (Arguidor), Martha Campos Abreu – UFF (Arguidora), Laura Antunes Maciel (Orientadora)

Essa dissertação analisa experiências de teatro amador na cidade do Rio de Janeiro entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Parte fundamental do cotidiano carioca no período, o teatro era exercitado por diferentes grupos sociais em bairros e espaços cênicos variados, tendo assumido múltiplos significados e formas. O “teatrinho”, como tantos chamavam o teatro amador, ocupava, na verdade, espaço significativo na cidade, não apenas nos arrabaldes, mas também no centro e nas áreas nobres, concorrendo e disputando plateias com as variadas formas de teatro comercial. Analisando os inúmeros jornais e revistas dedicados ao teatro, assim como os estatutos de grupos amadores e os pedidos de licença que encaminhavam à Polícia, foi possível mapear intenções e objetivos diversos articulados ao teatro produzido por amadores, reconhecer os locais de atuação e encenação em diferentes bairros do Rio de Janeiro e, também, alguns dos temas encenados. A organização e a manutenção de um número expressivo de sociedades dramáticas, clubes e outras associações dedicadas ao teatro, criados e mantidos por imigrantes, operários, senhoras e senhores “da boa sociedade”, apontam para a popularização dessa prática e indicam que o teatro constituiu-se em

um espaço importantíssimo de atuação e expressão social para diferentes grupos sociais na cidade. Para eles, as encenações teatrais podiam formar uma identidade de grupo, expressar e canalizar tensões sociais bem mais amplas do que o bairro onde atuavam, servir como diversão ou lazer ou, ainda, doutrinar e formar a consciência social e política. Ao pesquisar o envolvimento e atuação de grupos diversos com o teatro, minha intenção foi refletir sobre o papel dos amadores, não apenas no palco, mas na própria transformação geográfica, social e política da capital federal naquele período histórico.

Nas margens: experiência de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro (1880-1920)

Autor: Leandro Climaco Almeida de Melo Mendonça

Orientadora: Laura Antunes Maciel

Data da defesa: 18.7.2011 – Mestrado

Banca: Heloisa de Faria Cruz – PUC-SP (Arguidora), Marialva Carlos Barbosa – UFF (Arguidora), Laura Antunes Maciel (Orientadora)

Essa pesquisa dedica-se a compreender o processo de constituição e desenvolvimento do periodismo suburbano existente na cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1880 e 1920. Com a análise de inúmeros materiais,

especialmente das dezenas de periódicos produzidos nos subúrbios, busca-se entender as motivações que levaram homens e mulheres a investir na publicação de jornais, revistas e almanaques naquele momento histórico. O estudo dessas experiências do passado permite apresentar múltiplas práticas motivadas por projetos distintos. Ao apresentarmos o conjunto do periodismo suburbano na cidade, essa dissertação tem a intenção de trazer os desafios concretos enfrentados por todos aqueles que estiveram envolvidos na produção desses órgãos de imprensa. A fragilidade do financiamento, a concorrência com os periódicos mantidos por grandes empresas, a necessidade de angariar apoio entre os suburbanos, a construção de uma rede de representantes nos subúrbios são exemplos que demonstram as dificuldades em se lançar e manter um periódico nos bairros suburbanos. Em um período marcado pelo forte crescimento urbano da cidade, o conjunto da imprensa suburbana pode ser considerado um material indispensável para o estudo das áreas mais afastadas do Centro e de sua população. Se muitos jornais foram criados como órgãos militantes dos interesses de uma classe média que buscava constituir-se como uma elite suburbana, distante dos interesses populares, em outros periódicos

foi possível mapearmos experiências críticas ao modelo de sociedade hegemônico. Inúmeras iniciativas jornalísticas defenderam projetos alternativos, populares, assim como se constituíram em atores políticos privilegiados envolvidos na formulação de novas formas de representação política, duramente críticas ao modelo construído no início do período republicano, marcado pela exclusão da grande maioria da população do processo decisório do País.

Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro

Autor: Mario Sergio Ignácio Brum

Orientador: Paulo Knauss de Mendonça

Data da defesa: 12.7.2011 – Doutorado

Banca: Marcelo Tadeu Baumann Burgos – PUC-Rio (Arguidor), Lilian Fessler Vaz – UFRJ (Arguidora), Luciana Corrêa do Lago – UFRJ (Arguidora), Márcia da Silva Pereira Leite – UERJ (Arguidora), Paulo Knauss de Mendonça (Orientador)

Afinal, que é “favela”? A facilidade com que qualquer carioca forma na mente, de imediato, um espectro de imagens a partir do enunciado da palavra é rapidamente substituída pela dificuldade em conseguir explicar a um interlocutor o que ela significa. Quais especificidades a favela possui

que a tornam um lugar distinto... exatamente do quê? Por que determinado lugar é uma favela e outros, não? Como ter uma definição que possa dar conta de uma gama variada de locais com imensa heterogeneidade, ao mesmo tempo que deva delimitar algo específico, de modo que outras áreas parecidas, mas diferentes, não sejam incluídas? É o que tentaremos responder nesse estudo, a partir da construção, em processos internos e externos, do estigma de favela que paira sobre um conjunto habitacional surgido em 1969 para abrigar removidos, dentro do programa de remoções de favelas no Rio de Janeiro: a Cidade Alta.

América em transe: cinema, identidade e revolução na América Latina (1965-1971)

Autora: Patrícia Ferreira Moreno

Orientadora: Ana Maria Mauad de Sousa Andrade

Data da defesa: 11.7.2011 – Doutorado

Banca: Sonia Cristina da Fonseca Machado Lino – UFJF (Arguidora), Maurício de Bragança – UFF (Arguidor), Samantha Viz Quadrat – UFF (Arguidor), Lucia Grinberg – Unirio (Arguidora), Ana Maria Mauad de Sousa Andrade (Orientadora)

No início dos anos 1960, verificamos o surgimento de uma forma par-

ticular de engajamento político nas produções cinematográficas de alguns países da América Latina. Temas ligados aos problemas comuns dos povos latino-americanos, como a exploração colonial, a descolonização, o neocolonialismo, o subdesenvolvimento e a alienação, foram recorrentes nessas produções e orientaram seus realizadores no projeto de criar uma nova forma de fazer cinema. Surgia o Nuevo Cine Latino-Americano. As principais preocupações dos cineastas vinculados a esse novo cinema estiveram presen-

tes em diversos projetos de libertação, concebidos no decorrer da formação histórica dos povos latino-americanos. Essa pesquisa objetiva analisar como se deu a construção desse engajamento, entendendo-o como fruto da relação de um dado grupo que se fortaleceu por meio da construção de uma rede de sociabilidades. Trata-se de compreender como se deram os debates em torno de questões vistas como fundamentais para a consolidação do chamado Nuevo Cine Latino-Americano.